

TEORI ALBINO ZAVASCKI

**EFICÁCIA
DAS SENTENÇAS
NA JURISDIÇÃO
CONSTITUCIONAL**

3.^a EDIÇÃO

REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

STJ00099862

EFICÁCIA DAS SENTENÇAS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

TEORI ALBINO ZAVASCKI

3.^a edição revista, atualizada e ampliada

1.^a edição: 2001; 2.^a edição: 2012.

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI

Diretor responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [10-2013]

Profissional

Fechamento desta edição [02.10.2013]



ISBN 978-85-203-4998-4

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	13
1. Jurisdição constitucional	13
2. O Supremo Tribunal Federal: cúpula do Poder Judiciário e Corte Constitucional	15
3. Sistema de controle de constitucionalidade das normas	16
4. A eficácia das sentenças na jurisdição constitucional.....	21

Parte Primeira

EFICÁCIA DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1. EFICÁCIA DAS DECISÕES NO CONTROLE INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE.....	25
1.1 A natural vocação expansiva das decisões sobre a constitucionalidade das normas	25
1.2 Eficácia <i>inter partes</i>	28
1.3 Eficácias reflexas	30
1.4 Suspensão, pelo Senado, da execução da norma declarada inconstitucional.....	31
1.5 Eficácia vinculante para os demais tribunais	33
1.6 Força de precedente	37
1.7 Os atuais limites da intervenção do Senado (art. 52, X, da CF/1988)	43
1.8 Conclusões	50
2. EFICÁCIA DAS SENTENÇAS NAS AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	52
2.1 O controle abstrato de constitucionalidade.....	52
2.2 Natureza do processo nas ações de controle abstrato	54

2.3	Natureza dúplice das ações	57
2.4	A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) ...	58
2.5	Natureza declaratória da sentença de mérito e eficácia <i>ex tunc</i>	62
2.6	Eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante	64
2.7	Termo <i>a quo</i> da eficácia declaratória e do efeito vinculante: distinção.....	65
2.8	Modulação dos efeitos.....	65
2.9	Cumprimento das sentenças	70
2.9.1	Situações jurídicas anteriores	70
2.9.2	Situações jurídicas supervenientes	72
2.10	Conclusões	73
3.	EFICÁCIA DAS LIMINARES NAS AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	75
3.1	A <i>função cautelar</i> como inerente à atividade jurisdicional	75
3.2	Natureza antecipatória das medidas liminares	77
3.3	Eficácia executiva da decisão.....	80
3.4	Eficácia vinculante, <i>ex nunc</i> e <i>erga omnes</i>	82
3.5	Cumprimento das liminares.....	84
3.6	Natureza provisória das liminares e efeitos da sua revogação	86
3.7	Ajustamento das situações jurídicas nascidas na vigência e por influência da liminar revogada	88
3.8	Suspensão dos prazos prescricionais e decadenciais na vigência da liminar	90
3.9	Conclusões	91

Parte Segunda

EFICÁCIA TEMPORAL, RESCISÃO E REVISÃO DAS SENTENÇAS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

4.	EFICÁCIA TEMPORAL E REVISÃO DAS SENTENÇAS SOBRE RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO CONTINUADO EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL.....	97
4.1	A incidência da norma e a jurisdição do caso concreto	97
4.2	Espécies de relação jurídica e limites objetivos e temporais da eficácia da sentença.....	99

4.3	Limites temporais da eficácia da sentença e cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	105
4.4	Ação de revisão da sentença	107
4.5	Modificação do estado de direito por força de decisão do STF com eficácia <i>erga omnes</i>	109
4.5.1	Decisão declaratória de inconstitucionalidade e suspensão da norma pelo Senado (art. 52, X, da CF/1988).....	110
4.5.2	Decisão de mérito em ações de controle abstrato de constitucionalidade	115
4.5.3	Decisão de mérito em arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).....	118
4.5.4	Súmula vinculante e decisão sob o regime de repercussão geral.....	118
4.6	Conclusões	121
5.	EFICÁCIA TEMPORAL DAS SENTENÇAS EM AÇÕES DE CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	123
5.1	Coisa julgada em ações de controle abstrato de constitucionalidade	123
5.2	Vedação de rescisória e renovação da causa baseada em novo fundamento.....	126
5.3	Estabilidade do julgado e cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	128
5.4	Mudança no estado de direito	129
5.4.1	O problema do controle em abstrato da legitimidade das normas pré-constitucionais.....	130
5.4.2	Norma recepcionada: controle por ação declaratória de constitucionalidade e por ação direta de inconstitucionalidade	132
5.5	Mudança no estado de fato: inconstitucionalidade superveniente ...	134
5.6	Revisão das sentenças confirmatórias da constitucionalidade.....	137
5.7	O problema da <i>constitucionalização</i> superveniente	140
5.8	Emendas constitucionais retroativas.....	143
5.9	Conclusões	151
6.	AÇÃO RESCISÓRIA EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL.....	153
6.1	O conflito entre a estabilidade jurídica e a justiça das sentenças	153
6.2	Coisa julgada e violação a <i>literal disposição de lei</i>	157
6.3	A estabilidade dos julgados, o princípio da supremacia da Constituição e a autoridade do STF.....	160

10	EFICÁCIA DAS SENTENÇAS NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	
6.4	Rescisão de sentença contrária a decisão do STF em controle concentrado	165
6.5	Rescisão de sentença contrária a decisão do STF em controle difuso	166
6.6	Rescisão de sentença em matéria constitucional não apreciada pelo STF.....	168
6.7	Rescisão de sentença em matéria objeto de ADI ou ADC em andamento	171
6.8	Rescisão de sentença em questões não sujeitas aos mecanismos de controle de constitucionalidade das normas	173
6.9	Conclusões	175
7.	INEXIGIBILIDADE DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTE DE SENTENÇAS INCONSTITUCIONAIS	177
7.1	O novo fundamento de oposição à execução de título judicial	177
7.2	As diversas posições doutrinárias a respeito	178
7.3	Exegese do preceito normativo: constitucionalidade e alcance	180
7.4	Especificidade das sentenças inconstitucionais que acarretam a inexigibilidade da obrigação	181
7.4.1	Sentenças que aplicaram norma declarada inconstitucional pelo STF	182
7.4.2	Sentenças que deixaram de aplicar norma declarada constitucional pelo STF.....	185
7.5	Pressuposto indispensável: a existência de precedente do STF.....	186
7.6	Aplicação subsidiária às ações executivas <i>lato sensu</i>	188
7.7	Conclusões	190
	BIBLIOGRAFIA	191
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	199
	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	207